



PROJETO DE LEI Nº 020/2025

(Vereador: Emanuel Gouveia Ferreira Lima)

**Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Emissão  
de Número de Protocolo e Prazos para  
Atendimento de Solicitações de Manutenção  
da Iluminação Pública no Município  
de Timbaúba e das Outras Providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, ESTADO DE PERNAMBUCO,  
APROVA:

**Art. 1º**

Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a garantir à população a emissão de número de protocolo sempre que for realizada solicitação de manutenção ou substituição de lâmpadas na iluminação pública.

**Art. 2º**

A solicitação poderá ser feita por telefone, aplicativo, site oficial ou presencialmente, devendo sempre ser fornecido o número de protocolo e data do atendimento previsto.

**Art. 3º**

O prazo para a substituição da lâmpada não poderá ser superior a 15 (quinze) dias úteis, salvo em caso de comprovada indisponibilidade técnica, fato que deverá ser informado ao solicitante.

*Recebido  
01/08/25  
MCC*

A Comissão Legislação, Justiça  
e Pedagogia

Sala das Sessões 25/08/2025

  
Presidente



**Art. 4º**

O sistema de protocolo deverá permitir o acompanhamento da solicitação pelo cidadão.

**Art. 5º**

As informações sobre o canal de atendimento e o tempo médio de atendimento deverão ser publicadas mensalmente no site oficial da Prefeitura e afixadas em locais públicos.

**Art. 6º**

O descumprimento da presente lei implicará na responsabilização administrativa do setor responsável, nos termos da legislação municipal.

**Art. 7º**

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem como objetivo garantir transparência, agilidade e eficiência na prestação de um dos serviços públicos mais essenciais: a manutenção da iluminação pública.

No Município de Timbaúba, é recorrente o relato de moradores sobre a demora excessiva na reposição de lâmpadas, em alguns casos ultrapassando três meses, apesar da cobrança regular da taxa de iluminação pública.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

**PERNAMBUCO**

**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

Com esta lei, o cidadão poderá acompanhar seu pedido, tendo em mãos um protocolo oficial, e o Poder Público se verá compelido a cumprir prazos razoáveis, em respeito ao princípio da eficiência administrativa (Art. 37 da CF/88) e ao interesse local (Art. 30, I da CF/88).

Além disso, a ausência de retorno ou a negligência nos pedidos da população fere os princípios da publicidade, legalidade e moralidade administrativa, tornando-se, inclusive, uma afronta à dignidade do contribuinte, que já arca com a respectiva taxa.

Por tais razões, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposta, visando garantir maior respeito, transparência e eficiência nos serviços públicos prestados à população de Timbaúba.

Plenário Dr. Manoel Borba, em 31 de julho de 2025.



Documento assinado digitalmente

EMANUEL GOUVEIA FERREIRA LIMA

Data: 30/07/2025 23:48:45-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**VEREADOR EMANUEL DE DR. JACINTO**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

#### **PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Ementa:** PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA/PE. SERVIÇO PÚBLICO DE ILUMINAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE EMISSÃO DE PROTOCOLO, FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ATENDIMENTO E CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA CONFIGURADO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INAPLICABILIDADE DO TEMA 917 DO STF. PARECER PELA INCONSTITUCIONALIDADE.

#### **I. RELATÓRIO**

Trata-se de consulta formulada a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação para a emissão de parecer acerca da constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 020/2025, de autoria do nobre Vereador Emanuel Gouveia Ferreira Lima, protocolado perante a Câmara Municipal de Timbaúba, Estado de Pernambuco. A proposição legislativa em análise tem por escopo principal dispor sobre a obrigatoriedade de emissão de número de protocolo e a estipulação de prazos para o atendimento de solicitações de manutenção da iluminação pública no âmbito do território municipal.

O texto do projeto estabelece, em seu artigo 1º, a obrigação de o Poder Executivo Municipal garantir à população a emissão de um número de protocolo para toda e qualquer solicitação de manutenção ou substituição de lâmpadas no sistema de iluminação pública. O artigo 2º detalha os canais para tal solicitação — telefone, aplicativo, site oficial ou atendimento presencial — e reforça a necessidade de fornecimento do número de protocolo e da data prevista para o atendimento. O artigo 3º fixa um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para a execução do serviço de substituição, admitindo exceção apenas em caso de "comprovada indisponibilidade técnica", a qual deve ser devidamente comunicada ao cidadão solicitante.

Adicionalmente, o artigo 4º determina que o sistema de protocolo implementado deverá permitir o acompanhamento do andamento da solicitação pelo cidadão. O artigo 5º impõe ao Executivo a obrigação de publicar, mensalmente, no site oficial da Prefeitura e em locais públicos, informações sobre os canais de atendimento e o tempo médio de resposta às solicitações. Por fim, o artigo 6º prevê que o descumprimento das disposições da lei acarretará a responsabilização administrativa do setor responsável, nos termos da legislação municipal vigente, e o artigo 7º estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

A justificativa que acompanha a proposição legislativa fundamenta a sua necessidade na busca por maior transparência, agilidade e eficiência na prestação do serviço de iluminação pública. Aponta a existência de relatos recorrentes de demora excessiva na solução dos problemas, que por vezes ultrapassariam três meses, não obstante a regular cobrança da respectiva taxa de iluminação pública. Argumenta, ainda, que a medida visa a concretizar os princípios constitucionais da eficiência, publicidade, legalidade e moralidade administrativa, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal, bem como a atender ao interesse local, conforme o artigo 30, inciso I, da Carta Magna.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

Diante do exposto, a presente análise jurídica se debruçará sobre a conformidade do Projeto de Lei nº 020/2025 com o ordenamento jurídico pátrio, especialmente no que tange à competência legislativa, à iniciativa para o processo legislativo e ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

### **A. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL E DO INTERESSE LOCAL**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao delinear o pacto federativo, conferiu aos Municípios autonomia política, administrativa e financeira, outorgando-lhes competências legislativas específicas para a gestão de suas peculiaridades. O artigo 30, em seus incisos I e V, estabelece que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

O serviço de iluminação pública, por sua natureza e impacto direto na vida da comunidade local, enquadra-se inequivocamente no conceito de "assunto de interesse local". Trata-se de um serviço essencial à segurança, ao bem-estar e à qualidade de vida urbana, cuja organização, manutenção e fiscalização são incumbências primordiais da administração municipal. A própria Constituição, em seu artigo 149-A, autoriza os Municípios a instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, reforçando a titularidade municipal sobre tal serviço.

Dessa forma, sob a perspectiva da repartição material de competências, não há dúvidas de que a matéria versada no Projeto de Lei nº 020/2025 — a organização e prestação do serviço de iluminação pública — está inserida no campo de atuação legislativa do Município de Timbaúba. A Câmara Municipal possui, em tese, a prerrogativa de editar normas gerais e abstratas que visem a aprimorar e regulamentar a prestação de tal serviço à sua população. Contudo, a competência para legislar sobre determinada matéria não se confunde com a competência para deflagrar o processo legislativo, questão que demanda uma análise mais aprofundada.

### **B. DA ANÁLISE DE VÍCIO DE INICIATIVA (INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL)**

O princípio da separação e harmonia entre os Poderes, cláusula pétrea insculpida no artigo 2º da Constituição Federal, constitui a viga mestra do Estado Democrático de Direito. Desse princípio decorre uma criteriosa distribuição de funções entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, de modo a evitar a concentração de poder e garantir um sistema de freios e contrapesos. No âmbito do processo legislativo, essa separação se manifesta através das regras de iniciativa legislativa, que reservam a certas autoridades ou Poderes a prerrogativa exclusiva para propor leis sobre determinadas matérias.

O artigo 61, § 1º, da Constituição Federal, elenca um rol de matérias cuja iniciativa legislativa é privativa do Chefe do Poder Executivo. Tais regras, por serem corolários do princípio da separação dos Poderes, são de observância obrigatória por Estados e Municípios, em decorrência do princípio da



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

simetria constitucional. Dentre as matérias de iniciativa reservada, destaca-se, para o caso em análise, a alínea 'e' do inciso II do referido parágrafo, que atribui ao Chefe do Executivo a competência privativa para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre "criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública", bem como sobre a "criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração pública".

O Projeto de Lei nº 020/2025, embora proposto por um membro do Poder Legislativo e versando sobre matéria de interesse local, avança sobre a esfera de gestão e organização administrativa que é exclusiva do Poder Executivo. Ao determinar a criação de um sistema de protocolo, impor um prazo fixo e exíguo de 15 dias úteis para a execução de um serviço, exigir a criação de um sistema de acompanhamento online e determinar a publicação de relatórios mensais de desempenho, a proposição legislativa não está apenas editando uma norma geral, mas sim detalhando o *modus operandi* de um serviço público. Em outras palavras, o projeto está dispondo sobre a "estruturação" e as "atribuições" de órgãos da administração municipal responsáveis pela iluminação pública.

A definição de como um serviço deve ser organizado internamente, quais os prazos para cada etapa de sua execução, como os recursos humanos e materiais serão alocados e quais os mecanismos de controle de desempenho serão implementados são decisões inerentes à função administrativa, de competência do Prefeito Municipal, na qualidade de chefe da administração pública. Ao Legislativo cabe estabelecer as diretrizes gerais e os objetivos a serem alcançados, mas não imiscuir-se na gestão cotidiana e na organização interna dos serviços, sob pena de subverter a ordem constitucional e transformar o Legislativo em coadministrador.

Portanto, o Projeto de Lei nº 020/2025, ao impor obrigações específicas de fazer que interferem diretamente na organização e no funcionamento da máquina administrativa, padece de vício de iniciativa insanável, configurando uma inconstitucionalidade de natureza formal.

#### **C. DA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO TEMA 917 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Em uma análise mais aprofundada, poder-se-ia cogitar a aplicação do entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 878.911/RJ, que deu origem ao Tema 917 da Repercussão Geral. Naquela oportunidade, o Pretório Excelso fixou a seguinte tese:

"Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trate da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, 'a', 'c' e 'e', da Constituição Federal)."

A tese do Tema 917 visa a preservar a prerrogativa parlamentar de criar leis que gerem despesas para o Executivo, desde que tais leis não invadam as matérias de iniciativa reservada. A regra geral é que a lei de iniciativa parlamentar que cria despesa é constitucional; a exceção ocorre quando, além de criar despesa, a lei também trata da estrutura ou atribuição de órgãos do Executivo.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

No caso do Projeto de Lei nº 020/2025, a sua aplicação prática implicaria, inegavelmente, a criação ou o aumento de despesas para o Município, seja pela necessidade de desenvolver ou adquirir um sistema de protocolo e acompanhamento, seja pela eventual necessidade de alocar mais pessoal ou recursos para cumprir o prazo de 15 dias. Contudo, a proposição não se limita a criar uma despesa genérica. Ela vai além e se enquadra precisamente na exceção prevista na parte final da tese.

Ao determinar a implementação de um sistema específico de protocolo, ao fixar um prazo de execução para uma atividade-fim da administração e ao impor a publicação de relatórios de desempenho, o projeto está, de fato, tratando das "atribuições" e da "estrutura" funcional do órgão municipal responsável pela iluminação pública. Ele não estabelece um objetivo genérico de eficiência, mas dita as regras operacionais para alcançá-lo. Portanto, a norma em análise não se beneficia da permissividade contida no Tema 917 do STF, pois sua essência é justamente a de interferir na organização e nas atribuições de um setor da administração pública, matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

#### **D. DA VIOLAÇÃO MATERIAL AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E HARMONIA ENTRE OS PODERES**

Para além do vício formal de iniciativa, o conteúdo do Projeto de Lei nº 020/2025 representa uma ofensa material ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º da CF/88). Este princípio fundamental não se esgota na mera distribuição de competências para iniciar o processo legislativo, mas impõe que cada Poder se abstenha de exercer funções que são próprias de outro.

A função precípua do Poder Legislativo é a de inovar na ordem jurídica, criando normas de caráter geral e abstrato. Ao Poder Executivo, por sua vez, compete a prática de atos de administração, a execução das leis e a gestão da coisa pública. Quando o Legislativo, por meio de uma lei, desce a um nível de detalhamento que é próprio da atividade administrativa, ele está, na prática, usurpando a função do Executivo.

A decisão sobre qual o prazo mais eficiente e exequível para a troca de uma lâmpada, considerando a extensão territorial do município, a disponibilidade de equipes, o estoque de materiais e as prioridades orçamentárias, é uma deliberação de natureza tipicamente administrativa. Ao fixar um prazo rígido de 15 dias, a lei engessa a gestão pública e retira do administrador a discricionariedade necessária para alocar recursos de forma eficiente, podendo, paradoxalmente, gerar mais prejuízos do que benefícios ao interesse público.

A imposição de tal detalhamento operacional pelo Legislativo viola a harmonia entre os Poderes, pois cria um regime de cogestão administrativa que não encontra respaldo na Constituição. O controle do Legislativo sobre o Executivo deve se dar por meio dos mecanismos constitucionalmente previstos — como a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, a convocação de secretários ou a instauração de comissões parlamentares de inquérito —, e não pela interferência direta na execução dos serviços públicos.

#### **III. CONCLUSÃO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

Diante de todo o exposto, após análise pormenorizada do Projeto de Lei nº 020/2025, de iniciativa parlamentar, conclui-se que, embora a proposição persiga objetivos meritórios e se insira em matéria de inequívoco interesse local, ela apresenta vícios de inconstitucionalidade que obstam a sua aprovação na forma como foi redigida.

A proposição padece de **vício de iniciativa (inconstitucionalidade formal)**, porquanto dispõe sobre a organização e o funcionamento de órgãos da administração pública municipal, estabelecendo atribuições específicas, prazos e rotinas operacionais, matéria cuja competência para deflagrar o processo legislativo é privativa do Chefe do Poder Executivo, por força do artigo 61, § 1º, inciso II, alínea 'e', da Constituição Federal, aplicado aos Municípios por simetria.

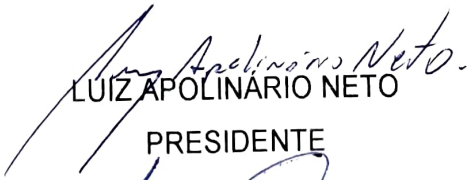
Adicionalmente, o projeto incorre em **inconstitucionalidade material** por violação ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes (artigo 2º da CF/88), na medida em que o Poder Legislativo se imiscui em funções de gestão e administração que são próprias do Poder Executivo.

A tese firmada no **Tema 917 da Repercussão Geral do STF** não socorre a proposição, uma vez que o projeto não se limita a criar despesas, mas trata diretamente da estrutura funcional e das atribuições de órgãos da administração.

Diante do exposto, após criteriosa análise dos aspectos constitucionais, legais e jurídicos que envolvem a matéria, esta **Comissão de Legislação, Justiça e Redação** conclui que o **Projeto de Lei nº 20/2025** revela-se integralmente incompatível com o ordenamento jurídico pátrio.

Assim, o voto do relator é pela **INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei nº 20/2025, recomendando-se a sua reprovação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 18 de agosto de 2025.

  
LUIZ APOLINÁRIO NETO

PRESIDENTE

  
RONALDO GOMES DA SILVA

1º - SECRETÁRIO

  
JOSÉ BERNARDO DE FARIAS

2º - SECRETÁRIO